

FILOSOFIA E CINEMA: POSSÍVEIS ENTRECruzAMENTOS

Maria Alice Coelho Ribas¹
Márcio Paulo Cenci²

Resumo

Neste artigo apresentamos a relação entre Filosofia e Cinema do ponto de vista didático-pedagógico. A fim de que esta relação não se torne excessivamente sintética, correndo o risco de ser genérica ou muito obscura aos olhos do leitor, pretendemos tecer algumas considerações básicas acerca dos termos Filosofia e Cinema. E, para tanto, nos ateremos a *um* caminho dos possíveis para desenvolver a questão. Assim, num primeiro momento, trataremos do termo filosofia com o intuito de explicitar a sua especificidade em relação às outras formas de compreensão da realidade. Posteriormente, buscaremos focar o cinema como campo da arte em que as obras são produzidas ainda que com fins estéticos, mas carregadas de efeito cognitivo, constituindo-se como fenômeno de comunicação e de significação com valor cognitivo e, como tal, devem ser examinadas.

Palavras-chave: Cinema, Filosofia, Linguagem

Problematização

O binômio Filosofia e Cinema leva-nos a crer que os dois termos em conjunção mantêm uma relação de conexão entre si. É possível analisar essa relação em dois sentidos diversos: aquilo que, na Filosofia, interessa ao Cinema e aquilo que, no Cinema, interessa à Filosofia. Ficaremos restritos ao segundo sentido. Antecipamos, no entanto, que aqui o leitor não encontrará explicitadas todas as possíveis ligações, uma vez que nos ateremos ao estudo da relação, partindo do pressuposto de que o Filme pode ser usado em sala de aula como um estímulo à aprendizagem mais profunda de determinados conteúdos ministrados nas aulas de Filosofia. Nesse sentido, ele servirá de referência ficcional da realidade existencial, o que o qualifica como *uma* ferramenta altamente eficaz de discussão filosófica, quando utilizada de modo adequado aos propósitos didáticos.

Naturalmente, a opinião a respeito da relação e uso do cinema pela Filosofia não é unânime entre os profissionais de ambos os lados. Há discrepâncias entre os diversos grupos e correntes que atuam no interior dos dois campos. Partimos, pois, do pressuposto básico de que é possível estabelecer uma relação consistente e profícua entre Filosofia e Cinema, o que

¹ Mestre em Filosofia pela UFSM e professora do Curso de Filosofia do Centro Universitário Franciscano - UNIFRA

² Mestre em Filosofia pela UFSM, Professor do Curso de Filosofia do Centro Universitário Franciscano – UNIFRA e da FAPAS.

não significa que tenhamos fechado com essa decisão, delimitando dogmaticamente a questão. Entendemos, contudo, que o problema permanece aberto bem longe de estar definitivamente resolvido. Cabe ressaltar ainda que o cinema entrará em nossa cogitação muito menos como objeto de estudo (enquanto objeto artístico) e muito mais como campo privilegiado, lugar onde de maneira excelente e exemplar, o humano se manifesta por inteiro, plenamente.

O cinema pode ser concebido como um recurso especial no processo de ensino-aprendizagem por agregar de modo significativo imagem, movimento e linguagem. Especial, porque torna possível ‘realidades’ irreais, traz presente o ausente, possibilita duvidar, tematizar o tempo, a verdade, a realidade, a dor, a angústia, o tédio, a violência, a morte, o amor, a felicidade, a justiça, enfim, abarca todas as dimensões da existência humana. A atividade filosófica, por sua vez, faz dessas várias dimensões objeto de compreensão crítico-argumentativa.

O sentimento de perplexidade dá origem à reflexão filosófica, como Heidegger “ O espanto é, enquanto *páthos*, a *arkhé* da filosofia” (1979, p. 21), suspeitamos, então, que na trama cinematográfica podemos experienciá-lo sem o ônus da facticidade. O cinema cria um ‘mundo possível’, uma realidade ficcional que traz consigo a possibilidade do espectador vivenciar das mais diferenciadas situações. Ele pode apresentar questões até então não experienciadas e/ou problematizadas pelo sujeito. Sendo assim, acreditamos que o cinema pode suscitar no expectador a reflexão filosófica na medida em que a realidade ficcional é tomada como motivadora da atividade reflexiva agregando, assim, ao entretenimento, valor estético e cognitivo.

A Filosofia, desde seu nascimento, sempre esteve às voltas com a compreensão racional de tudo o que diz respeito ao humano. Ao longo do tempo, o humano tem buscado incessantemente entender-se e entender o mundo que o cerca. “O *páthos* do espanto não está simplesmente no começo da filosofia, como, por exemplo, o lavar as mãos precede a operação do cirurgião. O espanto carrega a filosofia e impera em seu interior” (HEIDEGGER, 1979, p. 21). Platão no Teeteto (155d) e Aristóteles na Metafísica (I, 2, 982b) já perceberam essa disposição própria do filosofar que Heidegger retoma.

Uma breve incursão na História da Filosofia é suficiente para evidenciarmos a luta do humano em busca do deciframento dos enigmas que o oprimem na tríplice relação que mantém consigo, com o outro e com a Natureza. A Filosofia, nesse sentido, pode ser entendida como atividade de busca permanente empreendida pelo humano, de compreensão racional de si mesmo e do mundo que o cerca. Tal busca se dá mediante o empenho racional que se traduz na reflexão crítica (radical, rigorosa e global) acerca dos fenômenos. O

resultado de tal esforço se apresenta na forma conceitual, não dogmática, aberta, portanto, a revisões constantes. Todo ponto de chegada se constitui como ponto de partida para nova reflexão. Não há um fechamento definitivo que obstaculize de uma vez para sempre a possibilidade e legitimidade de uma compreensão diversa. Todavia, essa abertura não implica a aceitação tácita de toda e qualquer afirmação ou negação. A legitimidade da posição assumida mediante reflexão filosófica está na dependência da construção do raciocínio lógico-argumentativo, mediante o qual ganha cientificidade. Em Filosofia, o resultado da investigação somente se sustenta como conhecimento válido quando oriundo de um empenho racional que lhe confere universalidade.

A Filosofia não é um conhecimento meramente abstrato, pois é, na realidade, que encontra as questões fundamentais que lhe servem de objeto de investigação. Sendo assim, a realidade como tal se apresenta como o ponto no qual o filósofo incide seu olhar alçando o vôo especulativo na busca da teorização e compreensão lógico-discursiva das questões. Tal compreensão somente ganha legitimidade quando confrontada com a própria realidade, que serve de critério para a validação do ponto de vista filosófico. Portanto, a Filosofia desse modo não se configura como uma abstração sem conteúdo, mantém íntima relação com a realidade vivida. É dela que a atividade filosófica extrai as questões que lhe servem de objeto de investigação.

Contudo, é preciso ressaltar que a mesma realidade comporta muitas dimensões que podem ser percebidas de diversas perspectivas (representadas pelas correntes filosóficas). O que num primeiro momento parece um elemento complicador da compreensão da realidade, numa visão mais acurada, torna-se a condição da possibilidade do discurso filosófico. A Filosofia comporta, em seus discursos, as múltiplas perspectivas do real, sem que isso inviabilize o resultado de sua investigação. Essa multiplicidade de perspectivas postas pelo real que se apresenta para as ciências positivas como um empecilho é a *condictio sine qua non* da atividade filosófica. Assim, ao contrário das outras ciências, a Filosofia não tem um objeto de estudo específico, o horizonte aberto pelo real se constitui como seu campo de investigação. “Lá onde as outras ciências param, onde, sem mais indagar, aceitam os pressupostos, aí entra o filósofo e começa a investigar” (BOCHENSKI, 1977, p. 29). Mas, a especificidade da Filosofia com relação aos outros ramos do saber aparece justamente na sua forma de tratar o objeto de investigação, ou seja, a competência epistêmica própria da atividade filosófica.

Já se vê que a Filosofia é uma ciência radical - no sentido em que ela vai às raízes das questões muito mais profundamente que qualquer outra ciência; lá onde as

outras ciências se dão por satisfeitas, ela continua a indagar a perscrutar (BOCHESNKI, 1977, p. 30)

Tal competência se estabelece como uma via de mão dupla: por um lado, guarda relação com o saber sistematizado e, por outro, produz conhecimento próprio, condizente com a perspectiva filosófica, que é diferente de toda e qualquer abordagem do objeto. Tal distinção não tem caráter valorativo, simplesmente, é a afirmação de outra uma visão possível do objeto, que pelo seu caráter global, pode colocar em xeque as posições parciais acerca do objeto. Enquanto os outros ramos do saber estudam recortes da realidade em profundidade, a Filosofia busca compreender esta mesma realidade na sua totalidade.

Pensamos ser certo que a atividade filosófica esteja baseada no “questionamento radical e no caráter hiperabrangente de suas considerações” (CABRERA, 2006, p. 17). O *páthos* é, pois, a mola propulsora da atividade filosófica. “O espanto é *páthos* [...] O espanto é a disposição a qual e para qual o ser do ente se abre” (HEIDEGGER, 1979, p. 22). Essa disposição requer a afetação e a implicação do sujeito cognoscente, de tal modo que o estimule e o conduza à reflexão filosófica. Tal implicação do sujeito lhe permite apreender os problemas no contexto em que está inserido, para que, com isso, possa desencadear pensamentos e construção de sentido às suas questões, pois, assim o indivíduo encontra-se envolvido na construção do conhecimento.

O cinema pode servir como mola propulsora, como o agulhão da atividade filosófica, na medida em que possibilita mediante a realidade ficcional posta, causar a afetação necessária que põe em marcha um processo de intelecção da problemática experienciada na trama. Essa dimensão cognitiva do cinema, que vai além do lazer, possibilita uma compreensão do mundo. O cinema possibilita, desse modo, que construamos não um discurso científico ‘limitado’ por proposições verdadeiras ou falsas, mas um discurso filosófico esclarecedor pelo esforço argumentativo. O que é mostrado pelo cinema não está no mesmo nível que o que é dito pela ciência. A ciência trata do mundo, que é o que pode ser dito na forma de proposições (frases apofânticas) e pensado. O cinema não tem a obrigação de descrever a realidade como a ciência. Ele está liberto da obrigação de referir-se à realidade, por isso não precisa ser lógico e nem descrever o mundo com proposições verdadeiras (ou falsas).

A racionalidade logopática do cinema muda a estrutura habitualmente aceita do saber, enquanto definido apenas lógica ou intelectualmente. Saber algo, do ponto de vista logopático, não consiste somente em ter “informações”, mas também em estar aberto a certo tipo de experiência e em aceitar deixar-se afetar por uma coisa de dentro dela mesma, em uma experiência vivida (CABRERA, 2006, p. 21).

Assim, o cinema não instaura conceitos-idéias, mas conceitos-imagens. Os primeiros seriam os conceitos carregados de necessidade de serem guiados por um discurso lógico-compreensivo; os outros não possuem essa obrigação, embora estejam relacionados ao afeto, ao modo com o sujeito (espectante) sente-se afetado pela linguagem do cinema. “Não se trata de um conceito externo, de referência exterior a algo, mas de uma linguagem instauradora que precisa passar por uma experiência para ser plenamente consolidada” (CABRERA, 2006, p.21). Ainda que não seja a função precípua do cinema, produzir conhecimento científico, possibilita, pela criação de uma situação ficcional complexa, a experiência vivencial que comporta todos os elementos necessários para a análise filosófica.

O cinema não fecha a questão em um conceito lógico, como a Filosofia pretende fazer na ânsia de construir um discurso com verdade e universalidade. Ele faz com que o receptor se confronte com uma situação inusitada, produz uma experiência de um particular no espectador mediante uma cena ou o todo do filme. O filme possui um fechamento técnico em si, um limite de tempo e uma projeção limitada à área da imagem. A vida não possui esses limites, mas os seus próprios. Um filme por suas características de limitação e sua construção dramaturgica apresenta-se como uma unidade, como se fosse um mundo à parte. Como se fosse outra vida possível na qual o espectador é introduzido como um terceiro. O espectador como um terceiro é o que completa a narrativa fílmica (METZ, 1972). Completa não por falta no filme, mas por ser uma necessidade própria de como ele atinge o sujeito. O antes e o depois da trama escolhida é preenchida pelo espectador na medida que afirma e projeta na própria vida as possíveis situações do filme em que encontra sentido. Não há outros sentidos exteriores ou além da vida do espectador. O particular do filme apresenta uma nova dimensão, uma faceta ainda não vivida, não experienciada pelo espectador. Tal particularidade pode fazer com o que o espectador elabore um discurso sobre o tema em questão. Cabrera nos diria que nesse caso o cinema proporciona uma aproximação logopática da questão da morte. O cinema seria logopático, não apático como boa parte da tradição da Filosofia, que não considerava os afetas como componentes de compreensão da realidade. Para Cabrera, alguns filósofos como Schopenhauer, Nietzsche, Kierkegaard, Heidegger e outros, seriam ‘páticos’ ou ‘cinematográficos’. Eles “não se limitaram a tematizar o componente afetivo, mas o incluíram na racionalidade como um elemento essencial do acesso ao mundo. O *páthos* deixou de ser um ‘objeto’ de estudo, a que se pode aludir exteriormente, para se transformar em uma forma de encaminhamento” (CABRERA, 2006, p. 16).

Assim, por esse seu caráter multidimensional, o cinema faculta ao professor de Filosofia a possibilidade de usá-lo como recurso didático. O filme, nessa perspectiva, pode

servir como um estímulo à reflexão filosófica uma vez que atinge o aluno dentro de seu horizonte. Cumpre ressaltar que o preparo do professor é, nesse caso, condição indispensável para evitar o fracasso e maximizar o êxito do processo de ensino-aprendizagem. É preciso deixar claro que o exame de qualquer situação-problema, reflexão sobre temas significativos para o estudante, usando o filme como recurso didático, não prescinde de leitura e análise de textos da tradição que servem de guia para pensar a problemática sob nova luz³. Professores e alunos encontram na utilização criteriosa e correta desse recurso didático (o filme), um caminho mais atrativo e prazeroso para dar início ao processo de ensino-aprendizagem das questões postas pela Filosofia.

O professor de Filosofia trabalha com uma gama de conceitos fundamentais que, para serem devidamente passados ao aluno, no processo de ensino-aprendizagem, carecem de meios adequados à efetivação da sua transposição didática. Portanto, não basta o professor saber “o que” ensinar, precisa ter domínio dos conhecimentos que se relacionam com o “como” ensinar e que meios utilizar para atingir o fim a que se propõe. O filme pode ser usado como um recurso didático, dentre tantos outros, que possibilita, quando empregado de forma correta, uma aprendizagem mais satisfatória. Entretanto, temos que ressaltar que, embora o filme não ofereça fundamentadas e irrefutáveis garantias de seu valor cognitivo, até porque não é essa sua finalidade enquanto objeto estético, podemos encontrar nele um aliado interessante para o desencadeamento e desenvolvimento da atividade filosófica.

A ‘experiência vivida’ que o cinema possibilita por sua linguagem instauradora apresenta-se como uma unidade no filme (cada filme um conceito, cada trecho outro conceito ou sub-conceito). Por suas imagens em movimento, o cinema mostra situações como se fosse a própria vida, as quais produzem a impressão no espectador de projeção de realidade como um análogo de um mundo, mesmo que a proposta seja descabida de fato, e mesmo que o espectador tenha plena consciência desse descabimento. Mas, nas suas tramas, possibilita ao espectador experiências cuja vida cotidiana, por desatenção ou por impossibilidade, não seriam efetivamente percebidas, ou seja, não produziria qualquer sensação de interesse ou espanto (*tháuma*). Aquilo que parece trivial, que passa despercebido na cotidianidade, no cinema, ganha evidência, e, assim, configura-se como problematizável pela atividade filosófica.

O risco de morte, por exemplo, nas contingências da vida que beiram o destino ou fortuna e a certeza da morte, são elementos impossíveis, conforme Wittgenstein, de serem descritos pela linguagem, pois não são fatos do mundo, entretanto, é completamente cabível

³ Um trabalho interessante é o de Cabrera (2006) quando faz o entrelaçamento dos elementos do cinema com textos filosóficos.

no cinema, basta lembrarmos do *O Sétimo Selo* (1957) de Bergman. Conforme salienta Wittgenstein: a morte “não é um acontecimento da vida. Não se vive a morte” (WITTGENSTEIN, 2002, 6.4311), por isso não posso pensá-la de forma lógica pela linguagem, e quando dela se pretende falar não se descreve o mundo. O cinema mostra, traz à tona, particularidades do que está em torno da morte e ao mostrá-la possibilita ao espectador construir vários discursos filosóficos independente de qual ponto de vista assumir.

Conforme Cabrera, “para fazer Filosofia com o filme, precisamos interagir com seus elementos lógicos, entender que há uma idéia ou um conceito a ser transmitido pela imagem em movimento” (2006, p. 22). No caso de ser usado como um recurso didático, o filme se apresenta como sendo um instrumento de transmissão de conhecimento e, por esse turno, deverá possuir justificção para assim ser pensado. O professor é que deve saber “o por quê” utilizar determinado filme para tratar de um conteúdo específico.

Desafios

O processo de ensino-aprendizagem requer do profissional que atua na área educacional comprometimento e responsabilidade no que diz respeito à sua *práxis* pedagógica. Além do conhecimento dos elementos teóricos que fazem parte do seu *metiér*, precisa ter presente para si mesmo os elementos práticos que constituem a realidade na qual ele atua. O professor de Filosofia não foge à regra. A eficácia da sua ação pedagógica é diretamente proporcional ao nível de consciência que apresenta acerca dos pressupostos que a embasam. Quanto maior for o seu grau de consciência, mais chances ele tem de alcançar os objetivos propostos. Daí sua responsabilidade no que concerne ao entendimento de *qual* realidade ele está partindo, *onde* quer chegar e *como* fazer para chegar lá, ou seja, de que estratégias e recursos ele irá se valer para alcançar êxito. Como salienta Fullat:

Não se educa no andar do processo ainda que, às vezes, tenhamos esta desconcertante ou frívola da educação. Ainda que não se alcance o nível de consciência subjetiva desejada, sempre se educa objetivamente para algo, não só imediato mas também mediato e, como não poderia deixar de ser, em vista de metas distantes (1994, p.89).

Toda e qualquer ação pedagógica é projetada levando em consideração conceitos, significados e valores que explícita ou implicitamente se encontram ligados a projetos objetivos ou subjetivos do educador. Com efeito, “é impossível educar apenas com conhecimentos científicos e com métodos tecnologicamente eficazes. Tanto o ideológico como o utópico permeiam os distintos processos educacionais (FULLAT, 1994, p.89). Sendo

assim, podemos inferir daí que a ação pedagógica é uma atividade humana fundamentalmente teleológica. Ela não se manifesta como um fim em si mesma, tem sempre uma finalidade a ser alcançada.

Para imprimir maior coerência e consistência a sua ação, é mister que o educador se eleve do senso comum ao nível da consciência filosófica de sua própria prática, o que implica em detectar e elaborar o bom senso que é o núcleo válido de sua atividade (SAVIANI, 1990, p.9).

Nesse sentido, a ação pedagógica funciona como um instrumento através do qual os objetivos educacionais poderão ser alcançados. Porém, nem sempre esses objetivos estão explícitos, é preciso explicitá-los, uma vez que eles sempre estão postos em toda e qualquer ação. Às vezes, eles podem até estar subjacentes, o que não significa que não existem. O educador tem a obrigação de refletir sobre sua ação de modo a trazer à tona seus pressupostos e objetivos, a fim de poder optar conscientemente pelos meios mais adequados e eficazes para alcançar êxito.

Cabe a um educador questionar permanentemente sobre o objetivo do seu trabalho, sobre os sujeitos de sua prática, sobre o sentido dos procedimentos que utiliza, sobre o que é conhecimento, sobre efetividade, sobre métodos, sobre os conteúdos que veicula, e tantos outros objetos que estão comprometidos com a sua prática (LUCKESI, 1990, p.43)

No caso, o filme apresenta-se como uma estratégia, um recurso, que pode ser usado de modo eficaz na ação pedagógica, a fim de desenvolver e promover a atividade filosófica mediante a reflexão crítica, radical e global. Porém, esse recurso deve ser muito bem trabalhado e orientado para que não se configure em algo banal, descaracterizando e até mesmo distorcendo a atividade filosófica.

Referências Bibliográficas

CABRERA, Julio. **O cinema pensa: uma introdução à Filosofia através dos filmes.** Tradução de Ryta Vinagre. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

BOCHENSKI, J. M. **Diretrizes do pensamento filosófico.** Trad. Alfred Simon. 6ª ed. São Paulo: EPU. 1977.

FULLAT, Octavi. **Filosofias da Educação.** Trad. Roque Zimmermann. Petrópolis: Vozes, 1994.

LUCKESI, Cipriano Carlos. "Filosofia, exercício do filosofar e prática educativa" In: **Aberto**. Brasília. Ano 9.nº 45, jan. mar.1990.

METZ, Christian. **A significação do cinema**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

HEIDEGGER, Martin. **Conferências e escritos filosóficos**. Tradução e notas de Ernildo Stein. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Lógico-philosophicus**. Versión e introdución de Jacobo Muñoz e Isidoro Reguera. Madrid: Alianza Editorial, 2002.

SAVIANI, Dermeval. "Contribuições da Filosofia para a Educação" In: **Aberto**. Brasília. Ano 9 nº 45, jan. mar.1990.